



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 280,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA	
	Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 611 799.50
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00

SUMÁRIO

Vice-Presidente da República

Despacho n.º 5/18:

Exonera Helena de Sousa Vaz de Almeida Pereira do cargo de Secretária do Vice-Presidente da República.

Ministérios das Finanças e da Energia e Águas

Decreto Executivo Conjunto n.º 230/18:

Aprova a revisão do Plano Tarifário da Água Potável. — Revoga todas as disposições que contrariem o presente Decreto Executivo Conjunto, nomeadamente o Decreto Executivo Conjunto n.º 707/15, de 30 de Dezembro.

Ministérios da Administração do Território e Reforma do Estado e da Educação

Decreto Executivo Conjunto n.º 231/18:

Cria as Escolas Primárias n.º 222- Muxi, n.º 223 - Lunguena, n.º 227- Caluata, n.º 150- Calola e n.º 195- Capoia, sitas no Município do Lubalo, Província da Lunda-Norte, com 6 salas de aulas, 12 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Decreto Executivo Conjunto n.º 232/18:

Cria as Escolas Primárias n.º 215- Quelele, n.º 218, n.º 219-Luangue e n.º 220- Xandundo, sitas no Município do Lubalo, Província da Lunda-Norte, com 6 salas de aulas, 12 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Decreto Executivo Conjunto n.º 233/18:

Cria os Complexos Escolares do Aliwaio do Galo, 14 de Abril e 4 de Abril do Wake, sitas no Município do Seles, Província do Cuanza-Sul, com 15 salas de aulas, 30 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Decreto Executivo Conjunto n.º 234/18:

Cria as Escolas Primárias Etoto, n.º 3-Catelenga, n.º 4-C.R.C, Mangumbala, n.º 7 - Chipa - Chiwa, n.º 11 - Sede, n.º 13- Muangunja, n.º 16- Campão, n.º 19 - Cawengula, n.º 20 - Sede, n.º 22 - Mussili, n.º Mama, n.º Camihamba, n.º 31 - São José Caleñguele, n.º 32 - Calomanda, n.º 34 Sipiti, n.º Bumbua Santa e n.º 43-Km 25, sitas no Município da Caála, Província do Huambo, com 12 salas de aulas, 24 turmas, 2 turnos e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Ministério do Turismo

Decreto Executivo n.º 235/18:

Aprova o Regulamento Interno do Conselho de Direcção deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contrarie o presente Decreto Executivo.

Decreto Executivo n.º 236/18:

Aprova o Regulamento Interno do Conselho Técnico deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contrarie o presente Decreto Executivo.

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 237/18:

Aprova o Regulamento da Olimpíada de Matemática. — Revoga o Decreto Executivo n.º 142/15, de 26 de Março.

Despacho n.º 142/18:

Encerra a instituição de ensino privado com a denominação «American School of Angola».

Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos

Despacho n.º 143/18:

Aprova o Contrato de Prestação de Serviços entre a Cabinvest, S.A e a Prakristhi Geospatial Solutions Private Limited, para um Investimento Mineiro de ouro, no Município do Buco Zau.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho n.º 5/18
de 12 de Junho

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 131.º e do artigo 137.º, ambos da Constituição da República de Angola, e da alínea h) do artigo 3.º do Estatuto Orgânico dos Órgãos de Apoio ao Vice-Presidente da República, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 323/17, de 12 de Dezembro, determino:

1. É Helena de Sousa Vaz de Almeida Pereira exonerada do cargo de Secretária do Vice-Presidente da República, dando por finda a comissão de serviço que exercia ao abrigo do Despacho n.º 14/17, de 28 de Setembro.

ARTIGO 12.º
(Justificação de faltas)

1. As faltas às sessões do Conselho devem ser previamente justificadas, devendo a justificação ser apresentada, por escrito, ao Ministro do Turismo através do Secretariado do Conselho de Direcção.

2. Em caso de falta por motivo imprevisível, a justificação deve ser apresentada imediatamente, na primeira ocasião em que seja possível, algum contacto com os serviços do Ministério.

ARTIGO 13.º
(Apresentação e discussão de Projectos)

1. Os projectos de documentos de trabalho são apresentados para discussão pelo membro ou membros que os tenham subscrito, em tempo nunca superior a 10 minutos, por meio de relatório oral ou escrito que os fundamente.

2. O tempo de apresentação previsto no número anterior poderá ser excedido, excepcionalmente até cinco minutos, em caso de circunstâncias ponderosas e por autorização do presidente da sessão.

3. A discussão tem início com a cedência da palavra a cada membro do Conselho de acordo com a ordem de inscrição e cada intervenção não deverá exceder cinco minutos, salvo permissão em contrário do presidente da sessão em função da pertinência, da abordagem e da extensão da agenda de trabalhos.

ARTIGO 14.º
(Quórum)

1. O Conselho reúne com a presença da maioria simples dos seus membros em pleno gozo dos seus direitos.

2. Nos casos em que não esteja reunido o quórum e a agenda de trabalho o aconselhe, poderá a mesma ser adiada por uma única vez.

ARTIGO 15.º
(Comissão interdisciplinar)

Sempre que se revele necessário e a natureza interdisciplinar das questões o aconselhe, poderão ser criadas comissões de trabalho, integradas por membros do Conselho de Direcção, para estudos e apresentação de pareceres sobre assuntos de carácter urgente que tenham de ser decididos pelo Ministro do Turismo no intervalo de duas reuniões do Conselho de Direcção.

A Ministra, *Maria Ângela Teixeira de Alva Sequeira Bragança*.

Decreto Executivo n.º 236/18
de 12 de Junho

Convindo aprovar as normas sobre a organização e funcionamento do Conselho Técnico;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estipulado no artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 41/18, de 12 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Conselho Técnico do Ministério do Turismo, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogada toda legislação que contrarie o presente Decreto Executivo.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro do Turismo.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Luanda, aos 12 de Junho de 2018.

A Ministra, *Maria Ângela Teixeira de Alva Sequeira Bragança*.

**REGULAMENTO INTERNO
DO CONSELHO TÉCNICO**

ARTIGO 1.º
(Definição)

O Conselho Técnico é o órgão colegial do Ministério do Turismo que executa as orientações e decisões do Ministro do Turismo e demais saídas dos órgãos de Apoio Consultivo previstos nos artigos 7.º e 8.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Turismo.

ARTIGO 2.º
(Composição)

1. O Conselho Técnico é presidido pelo Secretário de Estado do Turismo ou pelo seu substituto devidamente indicado por este e tem a seguinte composição:

- a) Directores dos Serviços Executivos Directos;
- b) Directores dos Serviços de Apoio Técnico;
- c) Técnicos Superiores convidados.

2. Caso o Ministro assim o entenda, pode mandar convocar e presidir o Conselho Técnico.

3. Sempre que os assuntos em análise o exijam, o Secretário de Estado do Turismo poderá convidar os Directores dos Órgãos Superintendidos do Ministério do Turismo ou outros especialistas do Sector, a participar do Conselho Técnico.

ARTIGO 3.º
(Competências)

1. Compete ao Conselho Técnico:

- a) Pronunciar-se sobre as questões técnicas e assuntos orientados pelo Ministro do Turismo.
- b) Pronunciar-se sobre as questões técnicas a abordar ou abordadas nos Conselhos Consultivo e de Direcção e monitorar a sua implementação.

- c) Analisar as questões de carácter técnico a ele submetidas relacionadas com a actividade do Ministério do Turismo;
 - d) Apoiar o Secretário de Estado do Turismo na avaliação e supervisão da execução dos programas técnicos e actividades do Ministério;
 - e) Analisar a organização e o funcionamento dos serviços técnicos dos órgãos superintendidos, empresas estratégicas do Sector propondo medidas para sua melhoria e aperfeiçoamento;
 - f) Analisar e estudar bases de estratégias, planos de desenvolvimento, programas técnicos, planos de investimentos e programação financeira no domínio do Turismo e apresentar pareceres e propostas ao titular do Sector.
2. Compete ao presidente do Conselho Técnico em especial:
- a) Proceder à abertura e ao encerramento do Conselho Técnico;
 - b) Dirigir os trabalhos do Conselho;
 - c) Apreçar os documentos e propostas que lhe são submetidos;
 - d) Submeter à aprovação as conclusões e recomendações do Conselho;
 - e) Aprovar os temas submetidos à apreciação do Conselho Técnico.

ARTIGO 4.º
(Reuniões)

1. O Conselho Técnico reúne-se em regra, mensalmente e, em sessões extraordinárias, sempre que as circunstâncias o justifiquem.
2. As sessões do Conselho Técnico são convocadas pelo Secretário de Estado do Turismo ou a quem este delegar, com a antecedência mínima de 3 dias úteis, salvo casos de justificada urgência devendo a convocatória indicar o dia, o local e os assuntos a serem tratados.
3. Podem ser constituídas comissões de trabalhos para elaboração, tratamento e apresentação dos temas a serem debatidos.

ARTIGO 5.º
(Agenda e convocatória)

1. O Secretário de Estado do Turismo ordena ao respectivo Gabinete a elaboração do projecto de ordem de trabalhos de acordo com a prioridade das questões que estabelecer.
2. As convocatórias são distribuídas aos membros do Conselho Técnico sempre acompanhadas dos respectivos documentos a serem apreciados na sessão.
3. Os Sectores do MINTUR responsáveis pela apresentação dos documentos a serem apreciados em Conselho Técnico devem remetê-los ao Secretariado com uma antecedência mínima de 5 dias antes da data da realização da sessão.

ARTIGO 6.º
(Deveres)

Os Membros do Conselho Técnico têm os seguintes deveres:

1. Cumprir e fazer cumprir a Constituição, a legislação do Sector e demais legislação em vigor na República de Angola, as decisões do Conselho Técnico e do titular do pelouro.
2. Apresentar, com o auxílio dos meios tecnológicos disponíveis, os documentos das suas respectivas áreas submetidos ao Conselho.
3. Prestar ao Conselho todas as informações que lhe foram solicitadas e participar nas Sessões do Conselho e, em caso de ausência, justificar tal falta ao Secretário ou seu substituto.

ARTIGO 7.º
(Secretariado)

1. Para cada reunião do Conselho Técnico funcionará um Secretariado, coordenado pelo Director do Gabinete do Secretário de Estado e integra os Consultores do respectivo Gabinete.
2. Ao secretariado do Conselho Técnico compete o seguinte:
 - a) Efectuar a triagem da documentação destinada a sessão e assegurar a sua distribuição antecipada com a respectiva convocatória, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º;
 - b) Organizar e apoiar a sessão nos domínios administrativos e logísticos;
 - c) Assegurar a elaboração e distribuição da Acta no prazo de setenta e duas horas a contar do fim de cada sessão;
 - d) Realizar as demais tarefas que lhe sejam incumbidas pelo Secretário de Estado do Turismo;
 - e) O Secretário de Estado do Turismo poderá, casuisticamente, designar outros funcionários para apoiarem o Secretariado.

ARTIGO 8.º
(Sigilo do Conselho)

Os Membros do Conselho Técnico devem guardar sigilo sobre todos os assuntos tratados na sessão desde que, por lei ou por determinação superior, não sejam expressamente autorizados a revelá-las.

ARTIGO 9.º
(Incumprimento)

1. O poder disciplinar durante as reuniões do Conselho Técnico é exercido pelo Secretário de Estado para Turismo ou seu substituto.
2. O não cumprimento dos deveres enumerados nos artigos 6.º e 8.º do presente Regulamento constitui infracção disciplinar passível de procedimento correspondente, nos termos da legislação aplicável.

ARTIGO 10.º
(Duração das Sessões)

1. As reuniões do Conselho Técnico têm carácter operativo cuja duração não deve ultrapassar as 3 horas, podendo ser prolongadas pelo tempo necessário em função da natureza do assunto a ser exposto ou em discussão.

2. São remetidas à reunião seguinte, ou a uma reunião extraordinária, todos os assuntos da agenda, cuja apreciação não se esgote no período de tempo a que se refere o número anterior.

3. Não é permitida a entrada nem a saída dos Membros do Conselho Técnico após o início da sessão, salvo nos casos previamente autorizados pelo Secretário de Estado para Turismo.

ARTIGO 11.º
(Justificação de faltas)

1. As faltas às reuniões do Conselho Técnico devem ser previamente justificadas, devendo a justificação ser apresentada, por escrito, ao Secretário de Estado para Turismo através do Secretariado do Conselho Técnico.

2. Em caso de falta por motivo imprevisível, a justificação deve ser apresentada imediatamente, na primeira ocasião logo que seja possível.

ARTIGO 12.º
(Metodologia de trabalho)

1. O Conselho Técnico, dependendo dos assuntos a tratar, pode utilizar a seguinte metodologia de trabalho:

- a) Apresentação dos temas em plenária;
- b) Apresentação dos temas pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho que tenham sido criados par o efeito;
- c) Apresentação e discussão aberta dos assuntos da Agenda de Trabalhos.

2. A apresentação dos temas agendados não deve exceder os 15 minutos, sendo também indicado o tempo para as perguntas e respostas, ou outras intervenções.

3. Os temas são apresentados por responsáveis e/ou técnicos previamente indicados pelas respectivas áreas.

ARTIGO 13.º
(Quórum)

1. O Conselho Técnico reúne com a presença da maioria simples dos seus membros em pleno gozo dos seus direitos.

2. Nos casos em que não esteja reunido o quórum e a agenda de trabalho o aconselhar, poderá a mesma ser adiada por uma única vez.

ARTIGO 14.º
(Comissão Interdisciplinar)

Sempre que se revele necessário e de acordo com a natureza interdisciplinar das questões, o Conselho Técnico poderá criar uma comissão de membros para estudos e apresentação de pareceres sobre assuntos de carácter urgente que tenham de ser apreciados pelo Secretário de Estado do Turismo no intervalo de duas reuniões do Conselho de Técnico.

ARTIGO 15.º
(Acta da reunião)

1. Encerrado o Conselho Técnico elabora-se uma Acta, que será distribuída a todos os membros, em formato físico e digital no prazo de 7 dias úteis, após a sua realização.

2. A Acta é elaborada pelo Secretariado do Conselho Técnico.

A Ministra, *Maria Ângela Teixeira de Alva Sequeira Bragança*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo n.º 237/18
de 12 de Junho

Considerando que o Departamento Ministerial responsável pelo Sector da Educação, através da Direcção Nacional do Ensino Geral define e determina políticas que visam elevar e melhorar o grau de conhecimento dos alunos, despertando maior interesse para o processo do ensino e aprendizagem;

Havendo a necessidade de se actualizar a normas reguladoras sobre a organização e funcionamento do concurso «Olimpíada de Matemática»;

Em conformidade com os poderes delegados pelo presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento da Olimpíada de Matemática, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 142/15, de 26 de Março.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Regulamento são resolvidas pela Ministra da Educação.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Diploma entra em vigor na data da sua assinatura. Publique-se.

Luanda, aos 12 de Junho de 2018.

A Ministra, *Maria Cândida Pereira Teixeira*.

REGULAMENTO DO CONCURSO OLIMPIADA DE MATEMÁTICA

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º
(Definição)

Entende-se por «Olimpíada de Matemática» uma competição académica dirigida aos alunos matriculados no Ensino Primário (6.ª classe) e Secundário Geral (7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª e 11.ª).

ARTIGO 2.º
(Finalidade)

O presente Regulamento tem a finalidade de estabelecer as normas de organização e realização do concurso «Olimpíada de Matemática».